

- 12 – DOURADO, Mecenas. *A Conversão do Gentio*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 68-69
- 13 – LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa-Rio de Janeiro, 10 vols., 1938-1950, II
- 14 – AZEVEDO, Thales. *Loc. cit.*, p. 38
- 15 – NABUCO, Joaquim. Significação nacional do centenário anchietano. *Conferências Anchietanas* (ut supra), p. 82

No *Jornal do Brasil*, de 22 de agosto de 1980, Tristão de Athayde publicou um artigo intitulado *Anchieta e Bolés*, onde perfilha a informação, havida hoje por inconcussa, de que Bolés “foi mandado pelo Bispo Dom Pedro Leitão a Portugal e de Portugal à Índia e nunca mais apareceu”. Mas, quando esse artigo apareceu, a minha palestra já tinha sido escrita.

(*Revista das Letras*, Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, ano 1981/82, vol. 4-5, n.º 2/1)

\*

### 500 Anos de Brasil

“E assim seguimos nosso caminho por este mar de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um de abril, estando dita ilha obra de 600 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais era muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno.”

Com estas palavras, bem conhecidas, da pena do escrivão da frota cabralina e cidadão do porto, Pero Vaz de Caminha, nascia o Brasil. A Carta, disse-o muito bem o sempre inspirado Afrânio Peixoto, tão saudoso quanto esquecido (fala-se muito atualmente no grupo dos “excluídos”, mas a ele temos de somar o não menos importante grupo dos “esquecidos”) é a nossa certidão de batismo.

Desde 21 de abril até nossos dias, percorreu o Brasil meio milênio de História, que vem sendo pesquisada em várias dimensões: a narrativa, a política, a econômica, a ideológica. Vamos assumir a perspectiva cultural, dado que se trata da comemoração dos 75 anos da fundação de uma Universidade. Primeiros anos de vida, se compararmos por exemplo, com os sete séculos de sua congênere portuguesa, fundada por el-rei D. Dinis. Mas o momento histórico já é outro, pois cada nova Universidade que se cria tem, atrás de si, toda uma herança cultural que a faz nascer adulta. A nossa data de 7 de setembro de 1920 se deve a ato do Presidente Epitácio Pessoa. Surgiu como Universidade

do Rio de Janeiro, depois Universidade do Brasil (1937) e finalmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Anteriormente a 1920, tínhamos algumas faculdades isoladas. Assim os cursos de Direito, de São Paulo e Olinda, criados em 11 de agosto de 1827, e que passaram, em 1854, a denominar-se *faculdades*. O próprio Príncipe Regente, logo após a sua chegada ao Brasil, (1808), instituiu no Rio de Janeiro a Escola de Anatomia e Cirurgia, o mesmo fazendo na cidade do Salvador; ambas, em 1832, converteram-se em Faculdades de Medicina. Em 1858, a Escola Militar da Corte passou a Escola Central, destinada à formação de oficiais do Exército e de engenheiros civis. Em 1874, tomou o nome de Escola Politécnica. Foi da agregação dessas três faculdades – Medicina, Direito, Politécnica – que, por motivos conjunturais, veio o Brasil a ter, em 7 de setembro de 1920, a sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro. E é dessa Universidade que estamos aqui a comemorar mais um ano de vida. Pareceu-me, portanto, que o rápido bosquejo que iremos apresentar de nossos primeiros quinhentos anos de trajetória planetária caberia ser focado numa perspectiva cultural, tomando-se este adjetivo em seu sentido mais amplo, vale dizer, tanto no intelectual quanto no antropológico. Preparei então o seguinte esquema cronológico que vai com as datas-baliza arredondadas dado o caráter de relativa convencionalidade do fracionamento do vir-a-ser histórico: *Brasil Jesuítico*: a Fé e o Império (1500-1760), *Brasil Pombalino*: a Razão e o Império (1760-1810), *Brasil Coroado*: Educação e Política (1810-1890), *Brasil Liberal*: Ordem e Progresso (1890-1990). Não disse, como é de praxe, neste último período, “até nossos dias”, porque, nesse caso, em vez de *Brasil* deveria estar *Mundo* e teria por marca distintiva algo como *desarvorado* ou *Nau sem Rumo*. É a Pós-Modernidade.

### O Brasil Jesuítico

“Porém o melhor fruto que dela (desta terra) se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”. Conselho prudente e avisado do experiente escrivão Caminha, na carta-prefácio de nossa História a el-rei D. Manuel, a mais lida no Brasil. Antepõe-se aqui a Fé ao Império, e disso não descurou o governo metropolitano, ao enviar prestimosamente à terra descoberta várias missões evangelizadoras.

O primeiro sacerdote católico a pisar o solo que seria brasílico foi um franciscano, Frei Henrique Coimbra, que rezou a missa inaugural da liturgia romana em nossas plagas, num ilhéu que se chamaria da Coroa Vermelha: era dia de domingo. Na sexta-feira, 1.º de maio, foi chantada cruz no continente e oficiada segunda missa pelo mesmo capelão. Ainda nesse dia, voltando às naus, zarparam as caravelas com destino às almejadas Índias. Contudo a obra de evangelização aguardava o seu momento.

Este chegou em 1549, com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, que se fizera acompanhar de seis jesuítas, à frente dos quais o Padre Manuel da Nóbrega, que se tornaria figura tutelar da obra de cristianização do gentio. Já em carta de 9 de agosto (Tomé de Souza aportara em 29 de março), ao seu colega de roupeta, Padre Simão Rodrigues, declarava ardorosamente: “Esta terra é nossa empresa”. E, de fato, cumpriu a sua missão até o último dia de vida.

Nóbrega não lamentou a sua transferência do urbanizado Portugal para o inóspito Brasil; ao contrário, em sua descrição da terra e da gente, só ocorrem elogios. Veja-se para exemplo este quadro quase paradisíaco que faz da natureza brasileira em carta ao Padre Azpicuelta Navarro:

É terra fresca, de inverno temperado, e o calor do verão não se sente muito. Tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas, e que têm pouca inveja às de Portugal. Morre no mar muito pescado e bom. Os montes parecem formosos jardins e hortas, e certamente nunca eu vi tapeçaria de Flandres tão formosa, nos quais andam animais de muitas diversas maneiras, dos quais Plínio nunca escreveu nem soube. Tem muitas ervas de diverso cheiro e muito diferente das de Espanha e certamente bem resplandece a grandeza, formosura e saber do criador em tantas, tão diversas e formosas criaturas.

E, quanto ao clima, eis o que diz em outra carta ao supracitado Padre Simão Rodrigues: *A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos.* Do ponto de vista moral, muito angustiava a alma pura de Nóbrega ter de suportar a mancebia reinante, pois os brancos se uniam com as negras (era como chamavam as índias), mas com elas não se casavam. O remédio que ocorreu ao bom do padre foi pedir a el-rei mandasse a esta parte recém-descoberta do Novo Mundo “algumas mulheres que lá (em Portugal) têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas mui bem, porque é terra muito grossa e larga, contanto que não sejam tais, que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo”.

A Nóbrega vieram juntar-se, em 1553, trazidos pelo 2.º Governador Geral, Duarte da Costa, mais 16 jesuítas, dentre os quais Luís de Grã, ex-Reitor do colégio de Coimbra, e o irmão José de Anchieta, que se iria tomar o Apóstolo do Brasil. Vieram também algumas órfãs casadoiras.

Os jesuítas associavam a catequese com o ensino. E, de mãos dadas, o gago e o corcunda empenhavam-se desprendidos de si mesmos na obra salvífica, que era sua empresa. Anchieta em suas cartas, por vezes bem longas, deixa patentes, sem queixa nem recriminação, os perigos, canseiras e ameaças de toda espécie que tiveram que enfrentar, em sua marcha incansável de milicianos

de Cristo. Relata com objetividade e minúcia o dia-a-dia de sua atividade missionária, demonstrando mesmo espírito científico quando nos descreve as espécies da fauna e da flora brasileira.

Aonde chegavam os jesuítas, logo erigiam as suas casas e colégios. Foi assim com Nóbrega, na Bahia, onde, com suas mãos operárias os próprios inacianos ergueram a modesta habitação que iria acolher o futuro Colégio de Todos os Santos, na qual o gênio de Antônio Vieira encontrou alimento para a sua imoderada fonte de saber. Pouco depois, o Padre Leonardo Nunes levantava em São Vicente um dos mais prestigiados colégios da província. E, em 1554, cabia a José de Anchieta plantar nos campos de Piratininga o colégio que viria a ser a semente de onde emergiria a maior cidade da América Latina, São Paulo, padrão da pujança brasileira. Numa de suas cartas, o mesmo Anchieta enumera outros colégios: o de Ilhéus, o do Rio de Janeiro, o do Espírito Santo, o de Pernambuco.

O método aplicado era do *Ratio Studiorum*, levado a bom termo em 1586 pela energia e decisão do Padre Cláudio Aquaviva, de inspiração humanista e de aplicação progressiva. Evidentemente não era o que se usava no ensino das primeiras letras ministrado aos curumins e filhos de colonos. O Prof. Raymundo Moniz de Aragão chega a falar num período de floração dos Colégios de meninos, nos quais a assimilação dos curumins se fazia pela comunhão de vida com as crianças brancas e mamelucas. Pedro Calmon lembra que o topônimo “Água de Meninos”, no Salvador, remonta à época em que foram recolhidos ao colégio dos jesuítas sete meninos órfãos como alunos.

Aos poucos, porém, foram os jesuítas ampliando as suas áreas de ensino. Cito a respeito ainda Moniz de Aragão: “Aí, nesse extenso e bem articulado sistema, ministravam, em graus rigorosamente hierarquizados, além do ensino primário geral, cursos de Letras Humanas, de Filosofia e Ciências, e de Teologia e Ciências Sagradas”. Pedro Calmon, apoiando-se em ter o Padre Inácio Tolosa, o primeiro doutor saído dos bancos da Universidade de Évora, introduzido no Colégio da Bahia o padrão eborense, destaca do modelo o costume da solene colação de grau. Em 1581, acrescenta, informa Anchieta que o ato coroou-se do “aparato que se costuma nas academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem o anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem de barrete, nem o capelo feito de estofado de seda”. A concessão do “padrão da redízima” ao Colégio da Bahia, depois estendida aos colégios do Rio de Janeiro e de Olinda, permitiu que a Companhia de Jesus mais desenvolvesse o seu âmbito de ensino, que se alargou por todo o território brasileiro. O espírito de escol que foi Joaquim Nabuco viu nessa estruturação uma das razões que podem explicar este fato singular da história da colonização: a unidade política e territorial do Brasil.

Contra o processo catequético e educacional dos jesuítas algumas contestações foram levantadas. Principalmente de uns tempos para cá, afirma-se que se tratou de uma forma de etnocídio, ou seja, de uma descaracterização cultural, chamada *desculturação* pelo Prof. Darcy Ribeiro (creio que, mais vernacularmente, deveríamos ter *desculturação*). A tese da desculturação parece-me contudo a partir de falsa premissa, qual a de que as culturas são impermeáveis. A tese orça pelo racismo. Cada macaco no seu galho, cada homem em sua cultura. Cada homem sentiria o mundo e o interpretaria segundo suas solitárias raízes históricas. O racismo segmenta pelo sangue a humanidade em blocos estanques, o culturalismo em almas incomunicáveis. O resultado é o mesmo. Tudo, porém, voltará à harmonia e ao equilíbrio, se reconhecermos a unidade da espécie humana; isto é, se adotarmos a posição humanista. Então saberemos separar o que é essencial, que tem de ser respeitado (direito à liberdade, inseparável do seu correlato, a dignidade), do que é acidental e, portanto, acessório. Ora, é inegável que os jesuítas caminharam nessa linha, ainda que alguns excessos possam ter sido cometidos. Conhecedores dos volteios e inquietudes da alma humana, quase um imperativo de sua ação evangélica, não iriam os inicianos assumir atitude puramente repressora na obra da catequese. Eis o depoimento de um grande e isento historiador, o Prof. Jaime Cortesão:

Eminentemente maleáveis, e ecléticos nos meios de aliciação, os jesuítas procuravam adaptar-se ao estado de espírito dos indivíduos, aos seus usos e costumes, não se pejando até de respeitar os prejuízos e superstições, alguns bem grosseiros, dos povos entre os quais exerciam seu mister. Na China não hesitaram em vestir-se à maneira chinesa, em adotar certas formas do culto exterior que depararam, em lisonjear enfim, até onde lhes pareceu compatível com sua fé, o temperamento, a educação, as idéias dos indígenas, mas não sem chegar por vezes a combinações bastante estranhas.

De livro recente dos historiadores Arno Wehling e Maria José C. de Wehling, colho estas linhas:

Menos de duas centenas em todo século XVI, os jesuítas realizaram no Brasil uma obra inigualável para a época. Penetrando no interior com as entradas, fundando colégios como o de São Paulo, convertendo indígenas, descrevendo seus costumes e estudando suas línguas, defendiam com entusiasmo sua concepção de vida e de religião.

E o Padre Serafim Leite, autor, como se sabe, da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra em dez volumes, que tem sido, com justiça, classificada como “monumental”, deixou nela isto exarado:

A questão da conversão dos índios do Brasil não era, pois, *doutrinária*; era questão de *costumes*. Requeria a boa prudência que se permitissem os indiferentes ou secundários para atrair os índios com mais suavidade

e os levar a abandonar, com mais prontidão, costumes fundamentalmente maus, como eram, entre outros a antropofagia e a poligamia.

Entre os costumes secundários, incluíam-se ainda a maneira de enterrar os mortos com cantorias, as danças e folguedos, os enfeites no corpo e nos cabelos. Mesmo o hábito de andarem nus (que, parece, agora os civilizados estão revivendo) não foi de pronto coibido.

Não era a pregação o método predominante; preferiam os jesuítas as formas pedagógicas dirigidas para a imaginação e a sensibilidade. Daí os espetáculos, as representações teatrais (e Anchieta escreveu vários autos), manifestações piedosas, por meio de cantos, hinos, ladainhas. Obviamente sentiram os jesuítas necessidade de maior aproximação com o gentio, e daí o empenho de aprender-lhes a língua. Como assevera o Gal. Couto Magalhães, um de nossos primeiros indianistas, em *O Selvagem*: “Para o selvagem, aquele que fala a sua língua é um seu parente, portanto seu amigo”. Fato sem dúvida de conhecimento rotineiro na atividade catequética dos missionários jesuítas. E foi o que se deu entre nós. O santo e benemérito Anchieta serve-nos de exemplo, pois fez publicar em Coimbra, em 1595, a sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*; ou seja, o tupi.

Na série “Nova História da Expansão Portuguesa”, vol. VI, dedicada a *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*, encontra-se esta restrição ao ensino jesuítico:

Tem-se exagerado muito o alcance dos colégios jesuíticos para a educação no Brasil do século XVI, pois é preciso não esquecer que esses colégios se destinavam fundamentalmente à preparação de quadros da Companhia para a catequese dos índios. Poucos brancos aprenderam nos colégios deste período, embora mais tarde a sua ação educativa se tivesse ampliado em relação à população branca.

Não é bem isso que se lê em outros autores. De Américo Jacobina Lacombe são estas palavras: “A ação dos jesuítas no colégio era dupla. De um lado promovia a incorporação dos filhos dos selvagens e os mestiços à cultura portuguesa; por outro formava os filhos dos colonos que iriam chefiar, passada a fase de confusão inicial, a nova aristocracia do Novo Mundo etc.” E agora do Prof. Raymundo Moniz de Aragão:

Enquanto contou este [Nóbrega] com o decisivo apoio do Padre Mestre Simão Rodrigues, imprimiu à ação educativa dos seus comandados orientação eminentemente social e consoante às condições do meio, visando incorporar o elemento nativo à sociedade em formação, pelos curumins, cuja assimilação se faria através da vida em comum, em recolhimentos, com crianças mamelucas e brancas (crianças abandonadas, recolhidas nos burgos portugueses, e filhos de colonos que, na condição de externos, ali fossem aprender).

De tudo isso se depreende quanto foi benéfica e fecunda a atividade dos discípulos de Loyola em terras brasílicas. Encômios não faltam.

Eis o juízo de um historiador, o saudoso professor Hélio Vianna:

Consolidando a vida espiritual das Capitânicas do Sul; auxiliando, eficazmente, a conquista do Nordeste; mantendo boas relações, grandemente úteis à colônia, com os mais notáveis Governadores, Donatários e Capitães-Mores; regularizando a vida particular, naturalmente desregrada, dos primeiros povoadores; assenhoreando-se, principalmente, da tarefa, sobre todas importante, da catequese dos indígenas – coube, em suma, aos jesuítas uma bela parte da História do Brasil na primeira centúria de existência política do país.

E, para não alongar essa fieira de altos louvores, remontando um pouco no tempo, ouçamos uma das vozes mais eminentes de nossa cultura, a do saudoso Joaquim Nabuco:

Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? Acreditais, se não fosse o Catolicismo, que esse território não se teria, pelo menos, dividido em três ou quatro imensos fragmentos, um huguenote, outro holandês, o terceiro espanhol, o quarto, apenas, brasileiro, como o somos hoje?

Estava, portanto, cheio de razão Capistrano de Abreu ao escrever estas memoráveis palavras: “Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil”. O desiderato já se cumpriu. Realizou-o, e a isso já tivemos oportunidade de nos referir, o jesuíta português Padre Serafim Leite, em obra magistral que o Instituto Nacional do Livro teve o privilégio de apadrinhar.

Por certo não foram os jesuítas os únicos religiosos que embasaram a consciência moral da colônia; depois deles, houve ordens que para cá vieram com o mesmo objetivo, a mesma fidelidade, o mesmo ardor catequético. Os beneditinos chegaram em 1584, seguidos dos franciscanos, dos carmelitas, dos oratorianos, dos mercedários. Mas, sem dúvida, coube à Companhia de Jesus o exercício mais constante, amplo e profundo da ação evangelizadora. Por isso escolhemos os jesuítas como protótipo da Fé, no binômio a Fé e o Império.

A Fé e o Império. Voltemo-nos para esta outra face do binômio.

*Império*, nesta acepção, representa a expansão atlântica portuguesa, ao lado da africana e da asiática. Entre nós, e, no período, os historiadores alinham as seguintes etapas colonizadoras: feitorias, capitânicas, governo geral. Como acontecimentos políticos de maior relevância, tivemos o domínio espanhol, de 1580 a 1640, a ocupação holandesa de 1630 a 1654, as tentativas abortadas da

França Antártica no Rio de Janeiro (1555) e da França Equinocial, no Maranhão (1612). Os franceses da França Antártica foram derrotados em 1565 pelas tropas de Estácio de Sá, que, a 1.º de março, fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; os da França Equinocial em 1612 fundaram S. Luís e aí permaneceram até que em 1615, ante o ímpeto da reação luso-brasileira, tiveram de abandonar a presa. Quanto aos holandeses, após vitórias e derrotas, em que se defrontaram forças flamengas e luso-espanholas, acabaram os invasores por serem fragorosamente batidos em 1649 pelos insurretos pernambucanos na homérica batalha dos Guararapes, onde estiveram unidos o branco Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Camarão, os três pilares da etnia brasileira. O golpe de graça foi a guerra deflagrada em 1651 entre Holanda e Inglaterra. Sentindo-se cada vez mais enfraquecidos e desesperançados da fixação de um Brasil holandês, renunciaram de vez os flamengos às suas ambições e tiveram de voltar aos pagos pátrios em 1654, com a capitulação da Campina da Taborda. O domínio espanhol cessara em 1640, com o movimento chamado da Restauração.

Um golpe de Estado leva à invasão do palácio sede do governo dualista, o secretário de Estado, D. Miguel de Vasconcelos é assassinado e atirado pela janela ao povo em delírio no Terreiro do Paço, o duque de Bragança é aclamado rei com o nome de D. João IV. Surgia assim a dinastia dos Braganças, que iria continuar nos imperadores brasileiros.

O século XVII viu também o achamento do ouro e de pedras preciosas, a marcha dos bandeirantes para o Oeste, configurando-se afinal as linhas-mestras das nossas fronteiras. Ficou o período marcado pelo assédio de países estrangeiros sobre nossos territórios, afinal malgrado e derrisório. A nossa reação consolidou decididamente a unidade nacional. Todavia em suas persistentes tentativas colonialistas, franceses, ingleses, holandeses conseguiram afinal manter enclaves ao norte do continente sul-americano, com o nome de Guianas. As antigas possessões inglesa e holandesa converteram-se em repúblicas; mas a Guiana Francesa continua francesa...

Para assinalar o período com um nome símbolo, outro não poderá ser senão o venerável e beato Padre José de Anchieta.

### O Brasil Pombalino

A expulsão dos jesuítas e confisco de todos os seus bens, mandada executar pelo todo-poderoso marquês do Pombal, foi desastrosa para o ensino e, portanto, para a cultura brasileira. Alguns depoimentos:

Em 1759, ao se dar o fatal golpe contra a organização dos jesuítas, contavam eles em Portugal 24 colégios e 17 casas; no Brasil 17 colégios

e 25 casas e 36 missões, além das escolas elementares em vários pontos do país, e os seminários seculares entregues à direção da Companhia, entre os quais o célebre de Belém, próximo à Bahia, onde estudara Alexandre de Gusmão. Não foi reforma, comenta Fernando Azevedo (...), “mas destruição, pura e simples, de todo o sistema colonial.” (*Lacombe, 1973:195*)

Decretada a expulsão da Ordem, fechados os seus estabelecimentos educacionais, em verdade nada ou muito pouco foi feito pelo Governo Português para preencher o vazio que se gerou. (*Moniz de Aragão, 1976:319*)

Extintos os cursos, dispersados os estudantes, expatriados os professores (...), pode-se falar de retrocesso no Brasil, ao tempo em que, na Metrópole, se falava em razão e *boa razão*, desanuviada e culta. Para o Brasil sobreveio o período obscuro das lições particulares, da retórica e da filosofia ensinada nos conventos, à espera da aula régia, que as articulasse com a reforma da universidade; a corajosa e vasta reforma pombalina a cargo do fluminense reitor D. Francisco de Lemos. (*Calmon, 1976:360-361*)

A mais grave acusação que se faz à política pombalina é a relativa à expulsão dos jesuítas de Portugal e domínios ultramarinos portugueses, apesar de todos os serviços aqui prestados pelos inacianos, principalmente quanto à catequese dos indígenas e desenvolvimento da instrução entre os filhos dos colonos, em seus numerosos e reputados Colégios, escolas de ler e escrever, etc. (*Vianna, 1970:334*)

Afinal, o que teria levado o onipotente marquês a esse ato radical da expulsão dos jesuítas? Pombal nunca vira com bons olhos a ação missionária dos jesuítas, cuja dedicação à causa dos silvícolas parecia-lhe entrar em choque com as diretrizes regalistas do seu governo. A resistência dos indígenas à cláusula do Tratado de Madrid (1750), que os obrigava a abandonar as suas povoações, para facilitar a troca dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, foi atribuída pelo marquês a instigação dos jesuítas. As guerras guaraníticas que vieram em conseqüência aumentaram a crescente incompatibilidade entre Pombal e os inacianos. Uma tentativa da nobreza, articulada pelo Marquês de Távora, de reconquistar o poder, que fracassou devido a frustrado regocídio, levou os Távoras ao cadafalso e à tortura. No processo, apareceram inculcados os jesuítas. Tudo isso somado deflagrou a expulsão da Companhia de todo o território sob o governo português.

Havia, porém, debaixo de todos esses acontecimentos, um sentimento de oposição, senão aversão, ao espírito que informara o panorama cultural dos séculos anteriores, marcadamente contra-reformistas. A esse novo estado de espírito deu a História o nome de *Iluminismo*.

O Iluminismo representa o advento do espírito científico em oposição ao espírito teológico, como interpretação do universo. Despontou, no século XVI, com Copérnico, que, contrariando o geocentrismo de Ptolomeu, fez ver aos astrônomos que era a Terra que girava em torno do Sol, e não o contrário, como se acreditava até então. O sistema de Copérnico, porém, foi considerado negador das Escrituras e por isso ficou longo tempo em reclusão. Reviveu-o Galileu Galilei, mas também fraco e doente, aos 70 anos, teve de desdizer-se, embora, segundo a fama, houvesse dito baixinho, a respeito da Terra: “*eppur si muove*” (“no entanto, se move”).

De igual modo, o desprezo de Lutero pelo sistema de Copérnico matou rapidamente a Revolução na Alemanha: em 1596, Kepler, que era protestante, teve que refugiar-se junto dos jesuítas. O ambiente onde a Revolução Científica florescia à morte de Galileu, em 1642, era a Inglaterra em rebelião contra um rei ditatorial; nesse ano nasceu, em Inglaterra, Isaac Newton. (*Bronowski & Mazlish, 1983:139*)

Newton é o terceiro sábio que faz progredir a Revolução Científica em marcha; foi, como é notório, o primeiro a formular a lei da gravitação universal. Começam, os cientistas a reunir-se em associações. Na Inglaterra foi a *Royal Society*, fundada em 1660, na França a *Académie Royale des Sciences*, em 1666. A filosofia não tardou a refletir também o novo estado de espírito. Hobbes com o *Leviathan* (1670), Locke, com os *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), Leibniz com os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* (1704), Descartes, com o *Discurso do Método* (1637). Assim como o saber humano estaria a desfazer falsos conhecimentos, pretendidamente apoiados em doutrinas divinas, assim também a sabedoria terrena ia despedindo a divina, punha a Enciclopédia no lugar da Bíblia, a Razão desterrava a Fé.

Mas em que o conhecimento ao nível da razão humana, a verdade científica, em suma, poderia ser útil aos desígnios autocráticos de Pombal? É que essas novas idéias iam surgindo e deslocando o fundamento divino da autoridade do rei para o da razão humana. As verdades da doutrinação jesuítica, apoiada na autoridade da Palavra de Deus e não no Pensamento do Homem, não pareciam compadecer-se com o espírito reacionalista dos novos tempos. Façamos a Revolução antes que o Povo a faça, advertia um de nossos mais hábeis e experientes políticos. Foi isso que fez o marquês, alinhando-se assim entre os chamados “*déspotas esclarecidos*”. Curioso que certas reformas, ditas avançadas ou progressistas, tenham sido feitas não em regime democrático e sim autoritário, ou mesmo ditatorial. Relembre-se Napoleão com Código Civil, Catarina II, da Rússia, acolhendo na Corte sábios e filósofos e, mais recentemente entre nós, Getúlio Vargas, introduzindo no direito pátrio a legislação trabalhista.

Pombal, influído pelo cientificismo dos Iluministas, não foi feliz em seu combate à pedagogia jesuítica, de base humanística. Contra o medievalismo filosófico dos inicianos, mormente de inspiração tomista, excedeu-se buscando apoio em outras fontes religiosas. Um dos nomes mais citados no capítulo é o Padre Luís Antônio Verney, convicto adversário do ensino escolástico e autor de um livro de certa repercussão, o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). Nesse trabalho, Verney faz considerações sobre o ensino da gramática da língua portuguesa, do português, do latim, do grego, do hebraico, das línguas modernas, da Retórica, da obra de Vieira, da poesia. Nada nos diz, porém, sobre os fundamentos filosóficos de sua pedagogia reformadora. Podemos vê-la, no entanto, através da reforma da Universidade de Coimbra por Pombal, especialmente no tocante ao ensino das ciências naturais e da matemática. Note-se que Verney escreve, como diz na folha de rosto do *Verdadeiro Método*, “para ser útil à República e à Igreja”. Tem, pois, uma finalidade prática (a utilidade) e não especulativa e, em vez de *Fé e Império*, diz, invertendo a ordem, *República e Igreja*, o primeiro termo designando uma forma política voltada para o povo (o sistema era monárquico), de onde, mais tarde se iria dizer, um tanto retoricamente, emana todo o poder, e o segundo apresentando a Fé na sua forma exteriorizada e não espiritualizada.

Mas, no que diz respeito ao Império, em nossa expressão *Razão e Império*, o julgamento dos pósteros geralmente é favorável ao Marquês. Extraímos alguns dados de Vianna, *História do Brasil*, vol. I:

Extinguiu o Estado do Maranhão, medida que concorreu para a integridade política do Brasil. Transferiu, com toda oportunidade, a capital da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro (1763). Extinguiu também de vez as restantes capitanias hereditárias. Soube cercar-se de bons administradores, como Gomes Freira de Andrade, o marquês de Lavradio, Francisco Xavier Mendonça Furtado. Deu impulso à lavoura cafeeira, que começava a desenvolver-se, transferindo a sua zona produtora do Pará e do Maranhão para o Rio de Janeiro, onde encontrou o seu habitat de excelência. Incrementou a indústria naval, fazendo construir navios em estaleiros brasileiros. E, mesmo nas letras, teve o Brasil um momento de fastígio, com os florões da Escola Mineira.

A referência à Escola Mineira nos faz tocar ainda num ponto delicado desse período, que não poderia ficar omissos: a Conjuração Mineira.

Foi esse movimento, em que se espelhou o alvorecer da consciência nacional, ainda um rebento do Iluminismo em nossas elites intelectuais. No volume da série “Nova História da Expansão Portuguesa”, direção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, de n.º VIII, dedicado a *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*, se faz clara e fundamentada exposição do que os autores

(a coordenação é de Maria Beatriz Nizza da Silva) chamam “as raízes da consciência nacional brasileira”. Daí extraímos alguns dados que irão orientar o que se segue.

No mês de outubro de 1786, Thomas Jefferson, enviado dos Estados Unidos em França, recebeu uma carta de um brasileiro que se assinava Vendek. Na verdade tratava-se de José Joaquim Maia, antigo aluno da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Medicina de Montpellier. Maia simplesmente pedia o apoio dos Estados Unidos, que acabavam de se tornar independentes da metrópole inglesa, para uma rebelião do mesmo cunho, em curso em Minas Gerais. Intermediário entre os dois tinha sido Domingos Vidal Barbosa, proprietário em Juiz de Fora, também estudante em Montpellier. As idéias liberais e iluministas que os empolgavam tinham sido hauridas em Coimbra e mais profundamente na França. Entre 1772 e 1783 estiveram matriculados em Coimbra mais de 300 estudantes brasileiros, dos quais muitos continuaram os estudos em França. José Bonifácio de Andrada e Silva era um deles e compunha versos onde apareciam os nomes de Rousseau, Voltaire, Locke. Foram essas idéias racionalistas e liberais que animaram as bases ideológicas da Conjuração. Nela estiveram envolvidos os homens mais proeminentes da cultura mineira de então: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, o cônego Luís Vieira. Livros com as novas idéias revolucionárias foram encontrados na biblioteca dos conspiradores: Voltaire, Rousseau, Condillac, a *Enciclopédia*, Adam Smith. Descoberta a conspiração, foram todos processados e condenados. Somente um, porém, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pela alcunha de *Tiradentes*, foi executado por enforcamento e seu corpo esquartejado, posto em salmoura e espalhado pelos lugares onde fizera propaganda. Fora o ativista do movimento e aquele que o encarnara com toda a sua coragem e idealismo. Hoje, mártir da Independência, é um dos heróis nacionais. Cláudio Manuel da Costa apareceu enforcado na cela aonde havia sido recolhido e sua memória foi declarada infame; Gonzaga e Alvarenga Peixoto tiveram como pena o degredo em África; o cônego Vieira ficou preso num convento em Lisboa.

Essa a marca mais profunda e dolorosa que o Iluminismo deixou no Brasil.

Como nome símbolo do período, outro não poderia ser senão o do Marquês de Pombal.

## Brasil Coroado

Começa com a transmigração da família real portuguesa para o Brasil, em virtude das guerras napoleônicas, aonde aportou em janeiro de 1808. Aliada da Inglaterra, negava-se a Coroa Portuguesa a abandonar a sua posição de neutralidade e, por isso, Napoleão declarou deposta a Casa de Bragança e ordenou a invasão do território português. No trono estava o Príncipe D. João como Regente, dadas as condições mentais de sua mãe, a rainha D. Maria I. Por morte da rainha-mãe em 1816, o príncipe regente é aclamado rei, com o título de D. João VI. Já desde o ano anterior, Napoleão fora batido e confinado na ilha de Santa Helena; D. João VI, porém, preferiu continuar no Brasil. Portugal passou a ser governado por uma Regência, que acabou dominada pelo ministro inglês, marechal Beresford. A agitação política na metrópole tomara-se intensa. As idéias liberais, vitoriosas com a Revolução Francesa, impulsionavam civis e militares, que contavam com o apoio da Maçonaria. Em Portugal deflagrou no Porto uma revolução constitucionalista, que acabou por se estender a Lisboa. Instituiu-se então na capital portuguesa uma Junta Governativa Provisória, que assumiu o poder. Avolumaram-se as pressões para que retornasse o rei a Portugal. E foi o que ocorreu a 26 de abril de 1821. Antes de embarcar, premido pelas circunstâncias, teria D. João VI dito esta frase a seu filho D. Pedro, que ficara como Príncipe Regente: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar do que para alguns desses aventureiros” (a frase consta de uma carta de D. Pedro a D. João VI, datada de 19 de junho de 1822). Era a antevisão de um estadista. D. João permanecera no Brasil durante 13 anos.

A personalidade política do soberano tem sido diversamente julgada por historiadores e grande público de maneira geral. A começar pela sua agitada vinda ao Brasil, ante a iminência da invasão das tropas napoleônicas. À primeira vista, pode tal decisão parecer um ato condenável e mesmo suscetível de ser tido por covarde: abandonar o rei a pátria e o povo na hora do perigo. Mas sabidamente a resistência era impossível e inútil o derramamento de sangue. Sobreviria a queda da monarquia e a conseqüente submissão de Portugal e do próprio Brasil ao jogo napoleônico. A retirada, como foi feita e planejada, garantia a continuidade do governo, o não reconhecimento da ocupação francesa, e a justiça e legalidade de qualquer movimento de expulsão dos invasores. E foi o que se deu, com as tropas francesas inteiramente batidas em 1811.

Não houve, portanto, pânico nem correrias, nem atropelos de última hora. Talvez os gritos de espanto da rainha demente tivessem levado alguns espectadores a essa conclusão. A verdade, porém, está nestas palavras de Pandiá Calógeras:

Todo o acervo administrativo estava a bordo, arquivos, documentos e papéis do governo, e de tal forma foram arranjados, que, ao desembarcar no Rio de Janeiro, nenhuma falta ou dificuldade especial se fez sentir, e a faina de dirigir a monarquia continuou no Novo Continente tão normalmente como se estivera o regente em Lisboa. (1957:79)

A independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, com a ascensão ao trono do Príncipe D. Pedro, com o título Pedro I, Imperador do Brasil, é mais uma demonstração da argúcia política de D. João VI.

Para o Brasil, o seu governo foi altamente proveitoso. Logo em janeiro de 1808, graças ao assessoramento de José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, foram os portos brasileiros abertos às nações amigas. O fomento da agricultura – açúcar, arroz, algodão, fumo e até o incipiente café – foi um dos objetivos primaciais da administração joanina. Em 1818, teve início a emigração de colonos estrangeiros, com a criação da colônia suíça de Nova Friburgo. Ato político de especial relevância foi a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1816. Contudo, e isto se inclui melhor em nossos objetivos, nada excedeu ao grande incentivo que D. João VI deu à expansão da cultura no Brasil. No campo do ensino, aumentou-se o número de escolas régias e aulas isoladas, destinadas ao ensino do que hoje chamamos de 1.º e 2.º graus. Números estudantes foram concluir seus estudos na Universidade de Coimbra, inclusive em outras universidades européias. Mesmo entre nós, criou-se o primeiro estabelecimento de ensino superior: a Escola de Medicina e Cirurgia, que deveria funcionar na Bahia, já a partir de 1808. Para a formação de oficiais militares, fundaram-se no Rio de Janeiro as Academias Militar e da Marinha. E a José da Silva Lisboa foi atribuída uma aula de Ciência Econômica, no Rio de Janeiro. Veio também com o Príncipe Regente o acervo da Biblioteca Real, que, segundo cálculos de um conhecedor, devia conter mais de 60 mil volumes. Em 1814 foi aberta à consulta pública e se constituiu na base da nossa Biblioteca Nacional. Fundou-se no Rio de Janeiro a Imprensa Régia, naturalmente a serviço da impressão dos atos oficiais, mas que, com o aparecimento das tipografias, no Rio e na Bahia, permitiu a edição de livros e folhetos. Um jornal, oficioso, começou a circular, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e uma revista, *O Patriota*. Eram primeiros passos tímidos sem dúvida, mas, de qualquer forma, um começo. No campo das Letras, apenas alguns nomes: Visconde de Cairu, economista e grande doutrinário do liberalismo econômico; Baltasar da Silva Lisboa, historiador, redator dos *Anais do Rio de Janeiro*; Manuel Aires do Casal, o nosso primeiro geógrafo, autor de uma *Corografia Brasílica*; Frei Francisco de São Carlos, poeta e orador; Antônio de Moraes Silva, notável lexicógrafo, autor de um *Dicionário da língua portuguesa*, obra que até hoje não envelheceu. No campo estritamente científico, D. João VI fundou o Jardim Botânico e despertou a curiosidade de numerosos mineralogistas, dentre os

quais José Bonifácio de Andrada e Silva. Também atraídos pelos favores e interesse do rei luso-brasileiro, estiveram entre nós vários cientistas estrangeiros: Guilherme von Eschwege, mineralogista alemão, autor do *Pluto Brasiliensis*; o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, botânico e zoólogo, que escreveu uma *Viagem ao Brasil*; o naturalista francês, Augusto de Saint-Hilaire, que percorreu várias regiões brasileiras e de suas incursões deixou importantes observações em volumes publicados; os alemães Spix e Martius, que muito se dedicaram ao estudo da botânica, zoologia, mineralogia e etnologia brasileiras, pesquisas consubstanciadas em grande parte em sua *Viagem ao Brasil*. E, *last but not least*, fundou-se o Banco do Brasil. Recordemos que, desde 1815, já era o Brasil Reino Unido ao de Portugal e Algarves. “Tomou assim o Brasil”, disse João Ribeiro, “um impulso extraordinário e excepcional”.

Vê-se, portanto, quanto é falaciosa a imagem folk-lórica de um D. João VI apavorado, glutão, sem qualidades de Chefe de Estado, vítima de áulicos ambiciosos e do gênio irascível da própria mulher, D. Carlota Joaquina. Talvez o seu caráter lhano e afeito à simplicidade tivesse concorrido para esse falso juízo. Pandiá Calógeras assim o descreve:

O regente, ao contrário [dos subalternos cortesãos], era amado e respeitado. Pelas ruas que atravessava, ou nas estradas que percorria, as gentes se ajoelhavam diante dele. Sua conduta benévola, bondosa e chã para com os humildes conquistava-lhe todos os corações, nessa população acostumada a ser detestada pelos europeus, ou, pelo menos, sofrer vexames e injustiças. (op. cit.: 82)

Aliás o eminente historiador que foi Oliveira Lima, em seu *D. João VI no Brasil*, livro que João Ribeiro considera “capital para o estudo deste período”, já havia corrigido tão lamentáveis distorções. Trata-se de *factos* e não de *factóides*.

E, já que estamos com a mão na massa da cultura, por assim dizer, demos um salto até o Segundo Império, pois nenhum Chefe de Estado amou tanto a cultura no Brasil, quanto D. Pedro II, a quem Pedro Calmon cognominou “o rei filósofo”.

O período do Segundo Reinado, da Maioridade à proclamação da República, ou seja, de 1840 a 1889, foi de 49 anos, praticamente meio século. Coincide esse período com a explosão romântica, cujo início os nossos manuais costumam datar de 1836, com os *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Pode-se estendê-lo até 1870, quando o espírito romântico entra em crise, ante a emergência do Naturalismo. São, portanto, quarenta anos dentro do regime monárquico de Pedro II. Os grandes vultos da época, todos os conhecemos: Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Bernardo Guimarães, Laurindo

Rabelo, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Martins Pena, e por aqui ficamos. No terreno do conhecimento, avultam estudioso com Varnhagen, João Francisco Lisboa, Felício dos Santos, Couto de Magalhães, Tobias Barreto, para citar alguns. Já vivíamos o Brasil brasileiro.

Quanto à personalidade do Imperador, não resistimos a fazer nossa toda esta página bem humorada da filóloga italiana Luciana Stegagno Picchio, catedrática da Universidade La Sapienza, de Roma e tão presente na cultura destas plagas atlânticas, página que tomamos a liberdade de traduzir:

Deste documento o imperador-sábio, em contraste dialético com o pai libertino, sublimará suas aspirações artísticas, nunca adequadamente realizadas em primeira pessoa, com contínuas transferências de participação cultural. É assim que toma parte nas polêmicas literárias do tempo; subvenciona do próprio bolso edições de textos patrióticos, como *Colombo* ou a *Confederação dos Tamoios*; ou ainda contribui para o pagamento de pensões para a estada no Rio ou mesmo na Europa, em favor de poetas, pintores e musicistas. Carlos Ferreira, poeta-ourives, futuro autor de versos no estilo de Victor Hugo, vai a São Paulo de sua Porto Alegre às custas de D. Pedro; Carlos Gomes estuda em Milão com uma bolsa de estudos imperial; Vítor Meireles pôde pintar em Florença a “Primeira Missa no Brasil”, Pedro Américo “A Batalha do Avaí” e mais tarde “O Grito do Ipiranga”. Como o seu contemporâneo, lampedusiano príncipe de Salina, o imperador se fecha num observatório astronômico; traduz versos de poetas franceses, italianos, ingleses; estuda com paixão, aperfeiçoando-se na Europa, línguas mortas, do sânscrito ao hebraico, provocando o sorriso radical e metropolitano de Eça de Queirós e do Ramalho Ortigão das *Farpas*. Mais ainda: escreve aos sábios e literatos da Terra, de Renan a Pasteur, de Victor Hugo a Longfellow. Aspira à amizade de Juan de Valera, secretário da Legação da Espanha, de sir Richard Francis Burton, consul britânico em Santos e de Artur de Gobineau, ministro de Napoleão III no Rio. Procurando sempre ser ele próprio diferente do monarca, procurando mitigar com o exemplo tropical o racismo de Gobineau (que dele se lembrara quando esboçou o perfil do príncipe Jean-Théodore das *Pléiades*), ou exaltando-se numa conversa anônima numa diligência européia com um senhor anônimo que se soube depois ser Frederico Nietzsche. Giuseppe Carducci recebe-o em sessão solene na Universidade de Bolonha. O próprio Manzoni, fascinado por esse estranho personagem que esnoba os primos reinantes, visitando em trajes bem pouco protocolares a Graciosa Majestade da Rainha Vitória mas que, ao invés, tem verdadeira fome de convívio intelectual, lhe faz presente de um simbólico *Dei Delitti e delle Pene*, onde Beccaria está para significar a aprovação da parte católica por aquele que, num Império de Ultramar, suprimiu a pena de morte; aquele que Victor Hugo não hesitará em denominar neto de Marco Aurélio (“celui qui a Marc-Aurèle pour ancêtre”).

Stegagno Picchio salienta como alguns de nossos modernistas satirizaram esse pendor pela erudição de D. Pedro II. Por exemplo, Oswald de Andrade em *Pau brasil*: “Se Pedro Segundo / vier aqui / com história / eu boto ele na cadeia”. Ou Mário de Andrade que ordena: “Silêncio! O Imperador medita os seus versinhos”. Stegagno Picchio poderia ter acrescentado mais esta, agora de Murilo Mendes em *História do Brasil*: “O Imperador, de pijama, / Lê Larousse na rede. / O facto é que com essa calma / Cinquenta anos se agüentou.”

Não esqueçamos que no setor de ensino, foi da maior relevância a criação por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837, ainda no período regencial, do Imperial Colégio Pedro II, transformado por curto prazo em Ginásio Nacional, mas logo retornado ao seu primeiro e credenciado nome. Sabe-se que o Imperador visitava o Colégio e chegou a presidir-lhe bancas de exame.

O Segundo Império foi também escola de estadistas. Sob a égide de um governo constitucional e parlamentarista, à maneira inglesa, liberais e conservadores se alternavam no poder. Não se pode datar ao certo o início do sistema parlamentarista no regime monárquico brasileiro. Hélio Vianna o faz de 1851, em consequência de uma das crises políticas que marcaram o governo de D. Pedro II. Ao Imperador cabia a prerrogativa de Poder Moderador, pelo qual lhe competia intervir nas questões políticas que ameaçassem a estabilidade das instituições ou pudessem gerar perigosos impasses entre partidos que se revezavam no poder. Diz o citado Hélio Vianna que tal missão “D. Pedro soube exercê-la com permanente superioridade de vistas, embora descontentando aos Partidos que de vez em quando era forçado a dispensar do governo, sujeitando-os a temporários mas revigoradores ostracismos” (1970:137). Dentre os estadistas que compuseram o quadro político que sustentou o equilíbrio do sistema parlamentar podemos salientar: o marquês do Paraná, o Visconde do Rio Branco, o marquês de Olinda, o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, o marquês de São Vicente, o conselheiro Lafayette, o Visconde de Ouro Preto (que presidiu o último gabinete, o 36.º, em razão da proclamação da República). Dentre os acontecimentos políticos que assinalaram a passagem do Segundo Império destacam-se os seguintes: a Pacificação do Império pelo Duque de Caxias, a Guerra do Paraguai, a obra ciclópica, no domínio do progresso material e técnico levada a efeito por Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá, recentemente e excelentemente biografado por Jorge Caldeira (as primeiras estradas de ferro, a navegação do Amazonas, o telégrafo submarino, a iluminação a gás, as construções navais, a metalurgia, a criação de novas instituições bancárias, entre outras menores), a Questão Religiosa, entre a Igreja e a Maçonaria, que acabou por levar ao cárcere os bispos D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa, a Abolição que, juntamente com a Questão Militar, pôs fim à Monarquia em 15 de novembro de 1889.

Creemos que todos os títulos convergem para fazer de D. Pedro II o nome símbolo do período.

### O Brasil Liberal: Ordem e Progresso

A proclamação da República não surgiu de um movimento de cunho popular. Os professores João Luís Fragoço e Francisco Carlos Teixeira da Silva, no capítulo que escreveram para a *História Geral do Brasil*, coordenada pela professora Maria Yedda Linhares, registram que Aristides Lobo, ardente republicano e integrante do ministério de Deodoro da Fonseca, foi forçado a reconhecer que “em 15 de novembro de 1889, o povo assistia *bestializado* ao movimento das tropas do exército que iriam proclamar a República. Sem compreender o que se passava, o povo, que deveria ter sido o protagonista maior da república, pensava tratar-se apenas de mais uma parada militar” (1990:187).

Por seu turno, Pandiá Calógeras, em *Formação Histórica do Brasil*, escreve:

Em todas essas circunstâncias, de modo nenhum e em nenhum momento havia intervindo o elemento popular. Fora simples motim, vitorioso em toda linha por surpresa. (1957:398)

Contudo Calógeras via no acontecimento apenas uma “antecipação”, pois tinha como certo que, mais cedo ou mais tarde, a República seria uma fatalidade.

Vale a pena recordar aqui, a respeito da República, a anedota engendrada por Machado de Assis, que Barreto Filho, seu melhor intérprete, caracterizou como “registro malévolo”. Está no *Esau e Jacó* e se passa entre o Conselheiro Aires, que iria figurar no título de seu último romance, e um velho confeitiro, por nome Custódio. Foi o caso que uma velha tabuleta com o nome do negócio, “Confeitaria do Império” estava toda corroída e imprestável para qualquer reforma. Tornou-se preciso encomendar uma nova, que afinal chegou, elegante e pintadinha de novo. Posta no lugar devido e coberta com um pano de chita, aguardava a inauguração para o dia seguinte. Aconteceu, porém, que o dia seguinte coincidiu com a proclamação da República. Apreensivo, quase apavorado, correu o “seu” Custódio para a rua do Catete, mas já lá encontrou a tabuleta pendurada. Esse o motivo da ida do confeitiro ao diplomata, ou seja, ao conselheiro. O diálogo entre os dois vai abaixo transcrito, reduzido às suas linhas essenciais (por isso dispensei as aspas):

- Mas o que é que há? perguntou Aires.
- A República está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me V. Ex.: ouviu alguém acusar-me jamais

de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado “Confeitaria do Império”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a bora não estivesse acabada, mudava o título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex. crê que, se ficar *Império*, venham quebrar-me as vidraças?

- Isso não sei.
- Realmente não há motivo; é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo.
- Mas pode pôr “Confeitaria da República”...
- Lembrou-me isso em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.
- Tem razão... Sente-se.
- Estou bem.
- Sente-se e fume um charuto.

Foi então que o Conselheiro, diplomaticamente, sugeriu a solução: *Confeitaria do Governo*. “Tanto serve para um regime como para outro” explicou. Mas o confeitiro argüiu que todo governo tem oposição (pelo menos em regime democrático) e o problema voltou à estaca zero.

Esse relato imaginário reflete, no entanto, um momento singular de transição política na realidade brasileira. Confirma a ausência do povo nos acontecimentos que levaram à queda do império. E o povo aqui não está usado em sentido de segmento social oposto à elite, mas possui significação abrangente, pois o próprio Conselheiro recebeu surpreso a notícia da proclamação da República em sua casa (“Mas o que há?”). E admitiu mesmo a possibilidade de uma reviravolta.

Demais é notório que até as altas classes dirigentes não se sentiam ameaçadas. Uma semana antes (9 de novembro) realizara-se no Rio de Janeiro o mais espetacular e rumoroso baile de que se tem notícia no período imperial. O famoso “Baile da Ilha Fiscal”. O pretexto (pois a festança não era proporcional ao evento comemorado) foi a recepção com que o Governo distinguira a oficialidade de um barco de guerra chileno surto no porto do Rio de Janeiro. Os ecos dessa ruidosa homenagem mantêm-se vivos até os nossos dias. Ainda recentemente, um de nossos romancistas mais justamente lidos, o acadêmico Josué Montello, inspirado nos sucessos dessa noite memorável, criou mais uma de suas obras marcantes, *O Baile de Despedida*, onde habilmente entrelaçou ficção e realidade. Eis como Josué Montello nos transmite o seu espanto ante o que lhe pareceu desperdiçado exibicionismo:

Uma loucura o tal baile. Como explicar tanto gasto, tantos convidados (dizia-se que tinham sido cinco mil, e havia mesmo outros testemunhos que aumentavam para seis), tanta comida, tanta exibição de vestidos e uniformes, de casacas e penteados, de capas e de jóias, com o país a se debater na crise social e econômica que decorrerá da repentina transição do trabalho escravo para o trabalho livre? (1992:94)

Na verdade, várias causas concorreram para a derrubada da monarquia. Havia a chamada “Questão Militar”, um descontentamento nos meios das Forças Armadas, particularmente no Exército, em virtude de punições disciplinares, que alguns oficiais de alta patente julgavam ilegais e desairosas. A liberdade de opinião permitia também o desdobramento da propaganda republicana, que contava com não muito adeptos, porém obstinados e aguerridos. Dentre esses destacava-se o Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, lente de Matemática na Escola Militar. Sentiu-se o oficial atraído pela filosofia de Augusto Comte e tornou-se ardoroso positivista. Os dizeres “Ordem e Progresso”, inscritos em nossa bandeira, são de origem positivista e se devem a Benjamin Constant. O lema completo é este: O Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim”. Paralelamente à ideologia positivista, desenvolvia-se o movimento federalista, de maior repercussão. E a estrela de primeira grandeza desse ideário político foi Rui Barbosa. Em discurso pronunciado na Constituinte de 1890, declarou peremptoriamente: “Eu era federalista antes de ser republicano”. E mais tarde, no Senado, não se pejou de afirmar, já vigente o novo regime: “Não tenho a honra de pertencer ao número dos republicanos históricos; sou dos republicanos da hora”. E mais: “Bati-me contra a monarquia sem deixar de ser monarquista” (v. de Exúpero Monteiro, conferência pronunciada em 5 de novembro de 1949, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em *Conferências*, Casa de Rui Barbosa, 1958:66).

Talvez o fator-mor que fez ruir a monarquia tenha sido a retirada do apoio ao governo dos grandes proprietários rurais, pois haviam sido os mais diretamente atingidos pela promulgação da lei da libertação dos escravos.

Para alguns analistas de nossa História, encontrar-se-ia aí a causa decisiva da queda do trono. No entanto, a questão parece necessitar de estudo mais detido. Hélio Vianna, por exemplo, assim pondera em sua *História do Brasil*:

Ao contrário do que esperavam os pessimistas, não se verificou nas zonas agrícolas do país, onde era maior o número de escravos, o abandono, em massa, dos trabalhadores. A maioria continuou a residir nas fazendas, passando a receber pagamento regular pelos serviços prestados. (II, 1970, 215)

Em contraste com a frieza do movimento republicano, alteia-se o calor da campanha abolicionista. Aqui houve nas ruas vibração popular, na imprensa

fervilhavam os artigos de repulsa à escravatura, a mocidade punha-se em pé de guerra contra o regime que enodoava a nação. Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, expoentes da raça humilhada, tribunos grandiloqüentes e brilhantes jornalistas, exigiam a imediata libertação dos cativos. Tinham o apoio inquebrantável de homens de envergadura do aristocrata Joaquim Nabuco ou do democrata Rui Barbosa. Castro Alves empolgava o país com a força irresistível de seu estro juvenil:

Cristo! Embalde morreste sobre um monte...  
 Teu sangue não lavou da minha fronte  
 A mancha original.  
 Ainda hoje são, por fado adverso,  
 Meus filhos - alimária do universo...  
 Eu - pasto universal...

Assim bradava em suas indomáveis *Vozes d'África*.

O ato de extinção da escravatura passou à História com o nome de *Lei Áurea*, e a mão que teve a glória de assiná-la foi a da Princesa Isabel, então regente do Império, gesto que lhe valeu o imorredouro epíteto de “A Redentora”.

Feita a República, emancipados os escravos, desterrado o imperador, ingressa o país no mundo da Revolução Francesa, sem guilhotina nem Iluminismo. Instalava-se o culto da liberdade em lugar da veneranda Autoridade. Não mais a nobreza, mas o povo. Era o regime do povo, pelo povo e para o povo. Ou seja, assumia o Liberalismo. Já o havia proclamado, em 1830, no prefácio de *Hernani*, o tonitroante Victor Hugo. O Romantismo não é outra coisa senão o liberalismo em literatura.

Esse regime político (o liberal democrático) surgido do pronunciamento de 1989 e bafejado pelas auras do Positivismo. Durou quarenta e um anos, até 1930, quando foi sepultado sob o manto desgastado da República Velha.

Nesse período tivemos treze presidentes, com mandato previsto para quatro anos, a saber: Marechal Deodoro da Fonseca: 1891 (alçou-se ao posto com a derrubada da monarquia, mas, sem condições de governo, teve de renunciar logo no primeiro ano de mandato); Marechal Floriano Peixoto: 1891-1894 (assumiu a Presidência na qualidade de vice-presidente e completou o mandato de seu antecessor, embora a Constituição previsse nova eleição, caso a vacância se desse dentro dos dois primeiros anos do mandato); Prudente de Morais: 1894-1898; Campos Sales: 1898-1902; Rodrigues Alves: 1902-1906; Afonso Pena: 1906-1909; Nilo Peçanha: 1909-1910 (vice-presidente, assumiu o poder por falecimento de Afonso Pena); Marechal Hermes da Fonseca: 1910-1914; Venceslau Brás: 1914-1918; Delfim Moreira: 1918-1919 (exerceu interinamente a Presidência, até a realização de novas eleições, por haver falecido

antes da posse Francisco de Paula Rodrigues Alves, eleito para suceder Veneslau Brás); Epitácio Pessoa: 1919-1922 (paraibano e não paulista, como seria de esperar, dada a regra da alternância do poder entre os dois maiores estados da Federação, Minas e São Paulo); Artur Bernardes: 1922-1926; Washington Luís: 1926-1930 (deposto quase ao término do seu mandato, em virtude de um movimento revolucionário de inconformados com a vitória do candidato novamente paulista, Júlio Prestes, por considerarem ter sido fraudada a eleição).

Nesse Período os acontecimentos mais importantes foram os seguintes:

*O encilhamento* (governo Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Chamou-se assim por comparação com o ato de *encilhar*, apertar com a *cilha* (do latim *cingula*, do mesmo radical de *cingere* “cingir”), uma espécie de correia. Talvez preparar o animal para uma corrida, porque o encilhamento se caracterizou por ser um jogo frenético na Bolsa, que levou o país a uma especulação desenfreada, causando progressiva desvalorização da moeda.

*Canudos* (governo Prudente de Morais). No interior da Bahia, no semi-abandonado Arraial de Canudos, surgiu um movimento de rebeldia, chefiado por Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou à História como Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro era um foragido da lei, tocado pelo espírito messiânico do sertanejo nordestino. Fizera-se líder de uma população de maltrapilhos, a que se ajuntava a jagunçada sem trabalho definido. Havia algo de místico em sua personalidade. Os habitantes das cidades vizinhas passaram a temê-lo; dizia-se querer restaurar a monarquia, permitia desmandos e abusos entre seus sequazes, fascinava até o fanatismo. Contudo o problema era mais sociológico que político. Mas Conselheiro foi tratado como revoltoso e, após várias tentativas infrutíferas, morto o Conselheiro e toda a jagunçada, foi o Arraial aniquilado. Euclides da Cunha celebrizou a campanha inglória numa epopéia que o imortalizou: *Os Sertões*.

*A Recuperação Financeira*. No governo Campos Sales notabilizou-se o seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, que, graças a uma política de contenção de gastos, conseguiu sanear as finanças públicas.

*O Barão do Rio Branco* (governos de Rodrigues Alves e Afonso Pena). A maior figura da política externa brasileira na primeira fase da República; a ele se deve a demarcação de nossas fronteiras litigiosas com a Argentina, a Colômbia, o Peru e as três Guianas. De grande importância foi a solução encontrada para a integração em nosso mapa de terras da Amazônia, o que se consumou com o Tratado de Petrópolis, que, contudo, nos obrigou ao pagamento de dois milhões de esterlinos e à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em troca da posse do Território do Acre. Deveu-se também a Rio Branco a magnífica participação do Brasil na terceira Conferência Internacional Americana, no

Rio de Janeiro, bem como a segunda Conferência de Paz, em Haia, onde refulgiu o talento e o saber de Rui Barbosa, que reivindicando ardorosamente a igualdade jurídica dos países grandes e pequenos, voltou à pátria consagrado como a “Águia de Haia”.

*Ordem e Progresso.* Os governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha puderam fazer a República ingressar numa fase de crescimento e prosperidade. Intensificou-se a imigração, criou-se o Instituto de Manguinhos, realizou-se com êxito a Exposição Nacional de 1908, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, nasceu o Serviço de Proteção aos Índios.

*O Breve Consulado de Pinheiro Machado.* A sucessão de Nilo Peçanha foi comandada pelo Senador Pinheiro Machado (que acabou assassinado no período presidencial posterior), que se convertera numa espécie de condutor da política nacional. Apresentaram-se candidatos o Conselheiro Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. Desencadeou-se contra este a Campanha Civilista, que empolgou o país. A vitória de Hermes da Fonseca, estimulada por Pinheiro Machado, gerou um quadriênio de agitações políticas e movimentos armados, que muito contribuíram para corroer os ganhos do período anterior.

Este período viu o desaparecimento de grandes vultos da nacionalidade, republicanos históricos, na realidade varões do Império: o Barão do Rio Branco, Campos Sales, Quintino Bocaiuva. A partir de Venceslau Brás, iria começar propriamente a safra republicana.

*A Primeira Guerra Mundial.* Coincidiu com todo o período de governo de Venceslau Brás. O Brasil manteve-se neutro, mas o torpedeamento em 1917 de quatro navios da marinha mercante brasileira levou-nos a reconhecer o estado de guerra com a Alemanha. A conflagração européia, os vultosos gastos militares e a interrupção com o comércio exterior, tudo concorreu para o desmantelamento econômico-financeiro do país. Esvaiu-se grande parte dos ganhos anteriores. Como compensação, tivemos, em 1917, a promulgação do Código Civil Brasileiro, cuja redação provocou uma das mais célebres polêmicas gramaticais do país, a que se travou entre Senador Rui Barbosa e seu antigo mestre no Ginásio Baiano, Prof. Ernesto Carneiro Ribeiro.

*O Centenário da Independência.* Ocorreu no governo Epitácio Pessoa. Houve grandes festividades, dentre as quais uma grandiosa Exposição Internacional, que atraiu a participação das mais avançadas nações do mundo e onde o Brasil pôde apresentar os importantes progressos realizados no período republicano. Foi revogado o decreto do Governo Republicano Provisório que banira a família imperial brasileira. Visitou o Brasil o rei Alberto I, herói da guerra mundial, entusiasticamente recebido pelo povo. Foi-lhe concedido o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Rio de Janeiro, então

criada com a fusão das Faculdades existentes. Também no governo Epiácio Pessoa visitou o Brasil o Dr. Antônio José de Almeida, Presidente da República Portuguesa.

*Rumo à Social-Democracia.* O Presidente Artur Bernardes foi eleito em meio a grande agitação político-social. O tradicional minueto São Paulo-Minas Gerais para a escolha, por revezamento, dos presidentes da República já provocava insatisfação nos demais estados. Nasceu daí a “reação republicana”, que apresentou como candidato o fluminense Nilo Peçanha. O clima político tornou-se muito tenso e acabou por penetrar nos quartéis. Em 5 de julho de 1922, ainda sob o governo Epiácio Pessoa, um grupo de jovens tenentes sublevou o Forte Copacabana, no Rio de Janeiro; mas, apesar do forte apoio popular, não contou com a adesão da oficialidade veterana, e o movimento fracassou. Um pugilo de jovens oficiais, porém, não se rendeu e, capitaneados pelos tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes vieram lutar, de peito aberto nas areias de Copacabana (dezessete mais um civil que a eles se juntou) contra as tropas do Governo, muito mais numerosas e mais municadas. Houve um sobrevivente, Eduardo Gomes, que mais tarde se tornaria, já no posto de Brigadeiro da Força Aérea Brasileira, uma espécie de nome tutelar da nacionalidade. São os famosos *18 do Forte*, momento épico na nossa história republicana.

Eleito e empossado Artur Bernardes, não cessou a agitação político-militar. Para garantir o seu mandato, teve o Presidente de governar durante quase todo o período de seu mandato sob o regime de estado de sítio, ou seja, de suspensão das garantias constitucionais.

Em 1924, estourou em São Paulo outra revolução, chefiada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. Ocuparam os sediosos a capital paulista por mais de vinte dias, mas, sem receberam o apoio que esperavam, tiveram de render-se. Foi nessa ocasião que surgiu no Rio Grande do Sul um novo líder, o jovem capitão Luís Carlos Prestes. Prestes, porém, não conseguiu aliciar muitos combatentes e, para fugir à perseguição das tropas legalistas, encetou longa marcha pelo interior do país, dando origem à quase lendária “Coluna Prestes”. Finalmente, partindo do Rio Grande do Sul, chegaram os colonistas à Bolívia, onde se dispersaram. O nome de Prestes, que se tornaria o líder máximo do comunismo brasileiro (acabou, no entanto, expulso do partido, ou *partidão*, como a imprensa passou a chamá-lo) já revela a presença de nova componente nesses movimentos revolucionários: a inquietação social.

Essa onda socializante acentuou-se no governo Washington Luís, eleito sem competidores, mas ainda dentro da regra praxista da alternância Minas-São Paulo, o chamado “café-com-leite”. Tudo parecia ir muito bem, até que,

em 1929, explodiu uma crise mundial, de caráter econômico-financeiro, que desequilibrou a nossa balança comercial, pois nosso principal produto de exportação, o café, sofreu em conseqüência enorme desvalorização. A isso acrescenta-se o incremento da lavoura cafeeira em outros países, tudo a gerar insatisfação, desânimo, contestação. Tais dificuldades contribuíram para o crescimento do movimento operário, e o partido comunista, fundado em 1922, já figurava como peça no jogo político. Para o Presidente Washington Luís, porém (a frase lhe é atribuída), “a questão social não passava de um caso de polícia”. O “tenentismo”, duas vezes derrotado mas não vencido, esperava pela última batalha. Foi nesse clima de impacientes expectativas que Washington Luís cometeu o grave erro de romper o pacto político do café-com-leite e escolheu para seu sucessor o presidente de São Paulo, Júlio Prestes. Minas uniu-se ao Rio Grande do Sul e constituiu-se uma coalização sob a legenda de “Aliança Liberal”. Como candidato de oposição à Presidência foi indicado o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e para vice, o presidente da Paraíba, João Pessoa. Realizadas as eleições, foi dada a vitória a Júlio Prestes. Todavia, em todo o território nacional a candidatura de Getúlio Vargas gozava de maior popularidade. Foi nesse ambiente explosivo que se deu um acontecimento que sacudiu o país. Num bar em Recife, era assassinado a tiros o presidente João Pessoa. Não tardou muito que a Nação se levantasse em armas de Norte a Sul. O Presidente Washington Luís não conseguiu deter o ímpeto da força revolucionária e a 24 de outubro de 1930 (o seu mandato terminaria em 15 de novembro) viu-se apeado do poder e exilado do país. A República Velha agonizava.

Do ponto de vista cultural, pode a República Velha ser dividida em dois momentos: o liberal-democrático, de 1890 a 1920, e o de transição para o social-democrático, de 1920 a 1930.

Na primeira fase, viveu o país os seus dias de *belle époque*. A luz elétrica, a telefonia, o cabo submarino, os primórdios da aviação, os grandes e luxuosos transatlânticos, tudo, ou quase tudo, parecendo confirmar a tese comtiana de que a industrialização traria finalmente a idade da paz, da ordem e do progresso. Mas a catástrofe de 1914 acabou com o sonho; ou, se quiserem, com a utopia, para ficarmos atualizados com o jargão dos intelectuais. Foi o momento parnasiano de nossa História, assim como o período do Segundo Império vivera o momento romântico. Sem dúvida tivemos *Canudos*; mas *Canudos* com Euclides da Cunha converteu-se na epopéia de *Os Sertões*. Avultaram, desde o alvorecer, os nomes de Machado de Assis, Rui Barbosa, Sílvio Romero. O Rio “civilizou-se”, com a revolução urbanística de Pereira Passos. Abriu-se a Avenida Central (hoje Rio Branco), construiu-se a Avenida Beira-Mar, fundou-se a Academia Brasileira de Letras em 1896. O Rio elegante desfilava na rua do Ouvidor,

freqüentavam-se as ricas e majestosas confeitarias, como a Colombo, ainda hoje a mais bem montada do Rio de Janeiro, companhias estrangeiras faziam-se representar nos principais teatros, o Lírico, o Municipal: óperas, recitais, bailados. Imperava a cultura francesa na moda, nas livrarias (muito bem abastecidas, melhores que as de hoje), ponto de encontro de intelectuais e até na culinária o bom gosto era francês. Mais tarde surge, na poesia, a grande trindade parnasiana: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa, a que veio juntar-se com justiça o nome de Vicente de Carvalho. Elegiam-se os príncipes da poesia e da prosa, e, no pódio, pompearam duas celebridades, Olavo Bilac, poeta e Coelho Neto, prosador. Iriam ser as primeiras vítimas da iconoclastia modernista. Mas, com a I Guerra Mundial, a festa terminou. Em 1917 triunfava na Rússia o comunismo revolucionário, e o czar e toda a família Romanov foram executados. Alastra-se então o rastilho da “revolução mundial”. Em vez de guerras nacionais, guerras sociais. “Operários de todos os países, uni-vos!” A essa convocação à luta, acorriam os injustiçados, ao som dos acordes da Internacional.

O regime instaurado por Lenine era totalitário e provocou em vários países uma reação nacionalista, igualmente totalitária. Ditadura nacionalista x ditadura proletária. Espremida entre esses dois extremos, cada vez mais fortes, esvaía-se a liberal-democracia. Mussolini, na Itália, assume o poder na década de 20 e o partido fascista torna-se o protótipo de todos os movimentos nacionalistas. Na mesma década, subia ao ministério em Portugal o Dr. Antônio de Oliveira Salazar, que acabaria Primeiro Ministro, posto que só deixou por doença muitos anos depois. Na Espanha, o Gal. Franco, na crista de uma revolução, assume o governo com poderes ditatoriais e, na mesma década de 30, Adolfo Hitler se torna o Führer da Alemanha nazista. O nazismo, porém, era um movimento pangermanista e não propriamente nacionalista. Pregava o racismo, o anti-semitismo, o revanchismo, linhas divergentes das que seguiam até então os movimentos de cunho fascista. Hitler, por exemplo, assinou com a Rússia o pacto germano-soviético, a fim de ter mãos livres para invadir o Ocidente, e aliou-se ao Japão, país sem qualquer tradição fascista.

Foi nesse ambiente conturbado que a Revolução de 30 trouxe ao centro do poder, na capital do país, o ex-presidente do Rio Grande do Sul, o Dr. Getúlio Vargas. Iria abrir-se uma nova página na história da República.

Não podemos esquecer que a década de 20 viu irromper um movimento de profundo abalo nos alicerces dos cânones culturais vigentes. “As novas gerações”, diz Alceu Amoroso Lima, “que estavam ameaçadas de ser devoradas pelo ecletismo ou pelo diletantismo, pelo agnosticismo e pelo ceticismo, que haviam fortemente impregnado o período inicial do século, encontraram-se perante um mundo em chamas, no qual outras virtudes humanas, muito diversas, iam ser postas à prova” (1956:64). Era a ruidosa e ansiosa chegada do *Modernismo*.

Foi o modernismo ainda uma repercussão entre nós de espírito universal. Dois acontecimentos fulcrais o marcaram: a Semana de Arte Moderna, em São Paulo (1922) e a tumultuada sessão da Academia Brasileira de Letras no Rio de Janeiro (1924), onde se digladiaram, entre palmas e vaias, os Antigos e os Modernos, simbolicamente divididos entre Coelho Neto e Graça Aranha.

O Modernismo teve início com a pintura de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, com a escultura de Brecheret, a música de Vila-Lobos. Na literatura, Graça Aranha, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira.

No primeiro momento (1920-1930), predominam o futurismo italiano de Marinetti e o dadaísmo francês de Tristan Tzara, entre outros. Foi essa a fase “futurista”, denominação mais tarde renegada pelos próceres do movimento, como Oswald e Mário de Andrade (em artigo de 1921, Oswald de Andrade ainda chamava Mário “O meu poeta futurista”). Nesse período, o afã era demolir o passado, o “passadismo”. Investia-se contra a forma (a rima, a métrica, a língua culta) e o fundo (o amor, a lacrimosidade, o luar, o belo). A ferrugem na panela da cozinha, a pedra no caminho, o pneumotórax, o sabonete Araxá, as prostitutas do Mangue... adquirem direito de cidade nas páginas demolidoras da poética modernista.

O segundo momento (1930-1945) trouxe nova dimensão à vaga modernista: a inquietação social. A atoarda esteticista da fase heróica ia esmorecendo e os espaços esvaziados foram sendo rapidamente ocupados pelos portadores de mensagens calcadas na vida miserável de populações sem horizontes. A resposta veio do Norte, onde o problema era, e é, mais agudo. Em vez da poesia desabusada e carnavalesca dos vanguardistas, a narrativa pungente dos excluídos. São os romances da seca, do beatério, do cangaço, da opressão econômica. Rachel de Queirós, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos (as “vidas secas”), Jorge Amado (a luta proletária, em *Cacau e Suor*, as crianças abandonadas, em *Capitães de Areia*), José Lins do Rego (o açúcar, a decadência dos engenhos) são exemplos de sofrimentos e perseverança de uma das regiões mais martirizadas do país, o Nordeste, mas onde o amor à terra e à gente brasileira corre parrelhas com a flama intelectual.

Foi nessa atmosfera de ruptura e renovação que, sustentado nas armas dos insurretos e no clamor popular, assumiu a chefia do governo o gaúcho Getúlio Vargas. Quebrava-se de vez o pacto Minas-São Paulo, morria a República Velha, despontava a República Nova, chegava ao fim a liberal-democracia e, com a instituição da legislação trabalhista, ingressávamos na social-democracia.

Getúlio Vargas geriu os destinos da Nação ininterruptamente de 1930 a 1945. De 1930 a 1934 com poderes discricionários; de 1934 a 1937, já promul-

gada a nova Constituição, como Presidente da República eleito pelos próprios constituintes; de 1937 a 1945, como Presidente da República e Guia da Nacionalidade, em virtude de um golpe de estado, impôs ao país uma Constituição outorgada, posto em que ficou até que, com o fim da guerra e a derrota das potências do Eixo, foi deposto pelas Forças Armadas. Após o interregno de um ano, em que a Chefia do Governo foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, promulgada nova Constituição, a de 1946, foi eleito, nos seus termos, novo Presidente da República o Gal. Eurico Gaspar Dutra, aliás com o apoio do presidente deposto, que se havia retirado para os pagos nativos de São Borja. Dutra governou de 1946 a 1951 e teve como seu sucessor o próprio antigo ditador e presidente, Getúlio Vargas, agora e pela primeira vez escolhido pelo voto popular. Não concluiu, porém, Getúlio o seu mandato, pois, em virtude de agitações políticas que levaram ao assassinato de um oficial da Aeronáutica, vingança tramada pelos porões do palácio, teve de entregar o governo. Desgostoso e deprimido, suicidou-se, não sem ter deixado uma carta-testamento, onde denuncia o que via como um complô destinado a pô-lo fora da chefia do Estado, e se declarava vítima de forças reacionárias. Ficou assim na memória do povo como líder mártir dos oprimidos e ainda hoje, com essa imagem, é que é cultuada sua personalidade de homem público.

Durante o longo consulado getuliano, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, contra os países do Eixo (*Roma, Berlim, Tóquio, “Roberto”*), fundou-se a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (hoje privatizada), criou-se o salário-mínimo, instituiu-se a Justiça do Trabalho.

Com a morte de Getúlio, assumiu a presidência o vice Café Filho e realizaram-se novas eleições para escolha do seu sucessor legal, tendo sido vitorioso o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Corriam, porém, rumores de que não seria dada posse ao presidente eleito. Esses rumores se agravaram quando o presidente Café Filho se afastou do governo, alegando motivos de saúde, e passou a faixa presidencial ao seu substituto imediato, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. É que, dizia-se, o deputado Carlos Luz estava implicado no golpe que visava impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Interveio então o Ministro do Exército, Gal. Teixeira Lott, já ameaçado de demissão. Ficou assim garantida a posse do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Juscelino fez construir Brasília, para onde transferiu a capital da República (21 de abril de 1960), sufocou localizado movimento de rebeldia, em Aragarças, tentativa sem êxito de alguns oficiais da Aeronáutica e elaborou um Plano de Metas, que deveria fazer o Brasil crescer 50 anos em 5.

O sucessor de Kubitschek foi Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, que, arvorando a bandeira da regeneração nacional (o seu símbolo político era uma vassoura), foi eleito com grande margem de votos. Por motivos, porém,

até agora mal explicados, renunciou após sete meses de governo. Devia suceder-lhe o vice-presidente João Goulart que, por suas ligações com Getúlio Vargas e posições políticas radicais de esquerda, não contava com o apoio das Forças Armadas. Foi assim tentado o seu impedimento, mas o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado do vice Goulart, assumiu a chefia da Campanha da Legalidade e conseguiu trazer para sua causa o comandante do III Exército. Em face dessas dificuldades, foi necessário transacionar, e João Goulart ascendeu à presidência, num improvisado regime parlamentarista. Mais tarde, no entanto, por meio de um plebiscito, conseguia Goulart restaurar o regime presidencialista, à frente do qual se conservou. Nessa condição, procurou pôr em prática o seu plano de instituir uma república sindicalista e de promover a reforma agrária, com apoio das ligas camponesas, solidarizou-se com os movimentos grevistas que pipocavam em todo o país. O ponto crítico foi o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, de tom subversivo, com a presença de marinheiros e sargentos das três Armas. Era a indisciplina militar abertamente pregada e, nessa conjuntura, as Forças Armadas, que contavam com o apoio de governadores e da consciência civil do povo, temeroso de ver o país caminhar para a anarquia, depuseram o presidente faccioso. Era 31 de março de 1964.

Instituiu-se então o Governo Provisório composto de três oficiais-generais, um de cada uma das Forças Armadas, alterou-se a Constituição e foi proclamado Presidente o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Iniciou-se assim o período chamado dos “Governos Militares”: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Medici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Batista de Figueiredo (1979-1984).

Durante o período dos governos dos militares, foi promulgada nova Constituição em 1967, pela qual se introduziu o sistema de eleição indireta do Presidente da República. Muitas medidas foram tomadas, que trouxeram vários benefícios ao povo e ao país. O aspecto sombrio desse período é o que diz respeito à repressão de movimentos articulados no sentido da derrubada do regime autoritário. Foi o momento em que se intensificaram as ações da chamada *guerra revolucionária*, obrigando o Governo a forte repressão. Cometeram-se então excessos, e até hoje a Nação tem de ser curvar ante as lágrimas, protestos e indignações dos parentes dos “desaparecidos”. O que nos leva a meditar sobre a impossível atenuação do que seja “crime político”. O crime não pode ter coloração, é sempre crime. Assaltos, terrorismo, seqüestro, torturas, mortes são sempre atos criminosos, sejam praticados à direita ou à esquerda, por Hitler ou Stalin.

Após ao regime militar, voltamos à democracia representativa. Tancredo Neves, ainda eleito em regime indireto, faleceu antes de tomar posse. Ocupou então a presidência o seu vice, deputado José Sarney, solução política mais

adequada à situação. Com Sarney acelerou-se o processo inflacionário, multiplicaram-se as greves promovidas pela CUT, votou-se a Constituição de 88, que o deputado Ulysses Guimarães iria batizar como *Cidadã* e que, pouco depois, seria apontada pelo Presidente Sarney como causa da ingovernabilidade do país. A Sarney sucedeu Fernando Collor de Melo, que pouco pôde realizar, pois foi apeado do poder por *impeachment* do Parlamento, acusado de corrupção política, qual a de se achar envolvido em negócios escusos, valendo-se da posição que ocupava no Governo. Substituiu-o o vice, Itamar Franco, cujo maior mérito foi o de ter posto em execução o “plano real”, que restituiu à moeda brasileira a estabilidade necessária ao saneamento financeiro do país (pelo menos, até hoje), plano elaborado na gestão do seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Em eleição de grande vibração cívica, sagrou-se vitorioso nas urnas, com ampla margem de votos, o candidato Fernando Henrique Cardoso.

Com Fernando Henrique Cardoso mergulhamos na Pós-Modernidade. Só Deus poderá saber o que é isso.

Como nome símbolo do período, parece-nos avultar o de Getúlio Vargas, pelo novo sentido que imprimiu à República Brasileira, fazendo-a transitar da liberal-democracia para a social-democracia.

(18/9/95)

\*

### Hamilton Nogueira

Mais do que uma simples vitória eleitoral, a escolha de Hamilton Nogueira para uma das cadeiras do Senado demonstra que boa parte do povo carioca sabe colocar acima das transitórias competições partidárias o destino superior da Pátria Brasileira, cujas novas feições políticas vão ser em breve modeladas pelos constituintes de 46. Com efeito, Hamilton Nogueira não possuía nenhum dos títulos clássicos que asseguram esmagadores triunfos nas urnas. Nunca foi político no seu tido profissional do termo. Não tinha, por conseguinte, a clientela acostuada aos favores cobiçados ou às expectativas alvorçadas. Não alistou ninguém diretamente, muito embora tivesse contado com o caudal de votos do partido a que se filiou. Não fez, propriamente campanha eleitoral, pois, só no fim da mesma foi que discretamente acompanhou o major-brigadeiro Eduardo Gomes ao Sul e ao Norte do país. Não se lhe conhecem, portanto, discursos ou entrevistas em que tivesse condenado irremissivelmente todo o nosso passado político e declarado que iria reconstruir o Brasil desde os alicerces. Não fez demagogia. O seu nome não apareceu em faixas, nem cartazes, nem muito menos em muros lamentavelmente pixados. Nunca